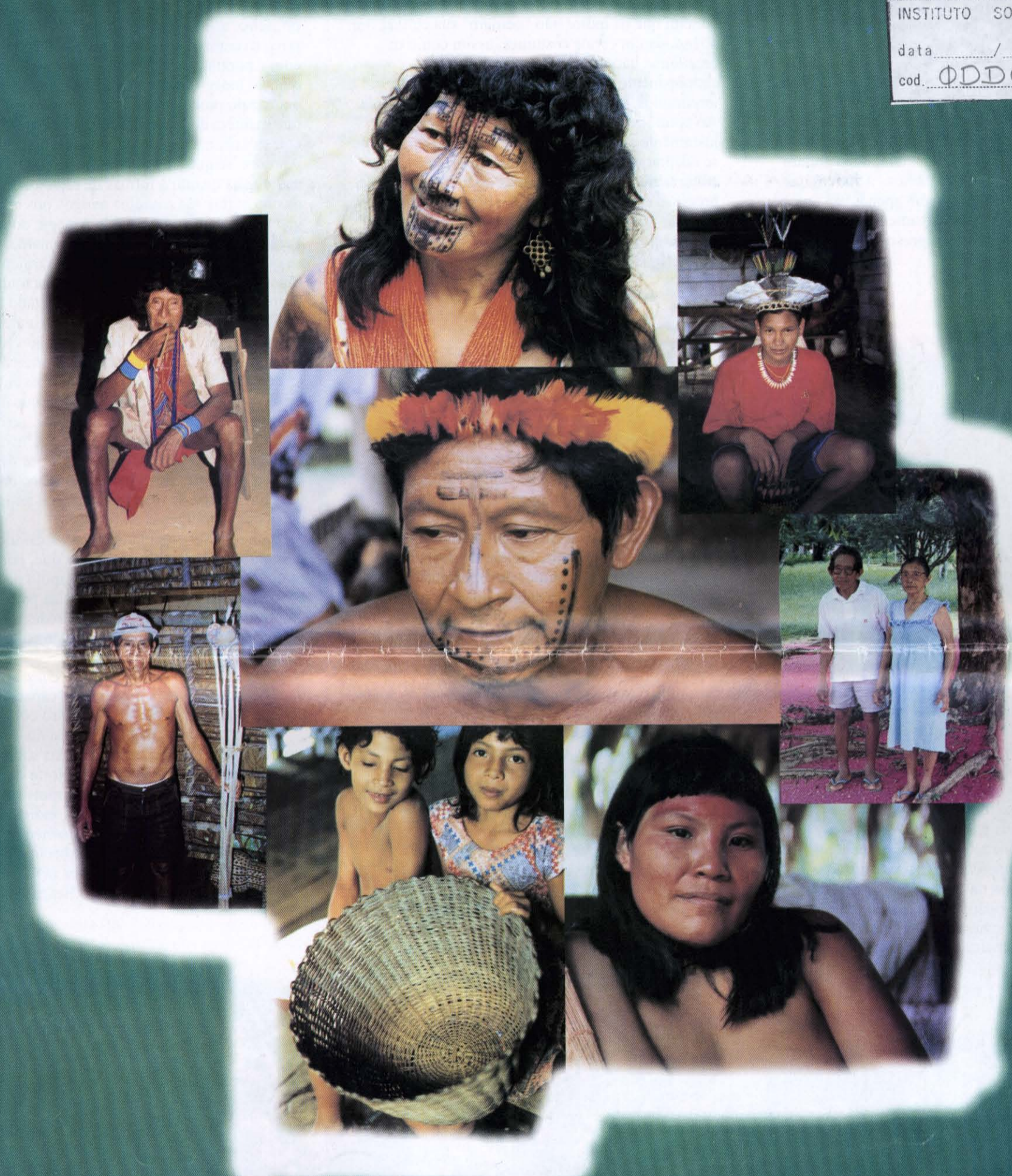


Povos Indígenas do Amapá

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data: / /
cod: 0DD00168



Waiāpi Galibi Palikur Tiriyó
 Aparai-Waiana Karipuna Galibi Marworno
 Kaxuyana

Governo do Amapá

Como podemos interpretar a presença de representantes de vários grupos indígenas nas mesas de comemoração da Semana do Índio, em Macapá, nos últimos anos? Será que eles estão ali apenas por nossa iniciativa? Será que temos algo de novo a aprender sobre a sua história?

Até hoje, a história dos povos indígenas no Brasil vem sendo contada de forma contraditória. Na maioria dos livros didáticos, costuma-se dizer que os índios fazem parte do nosso passado, afirma-se que eles perderam sua cultura e sua identidade porque muitos já não usam mais arco e flecha e nem vivem em "ocas", tampouco andam nus pela mata. É comum as pessoas acharem que os índios não têm futuro ou têm apenas um único futuro: o de "perder", gradativamente, os traços que nós idealizamos como representativos de sua cultura.

transformações pelas quais passaram desde os primeiros contatos com o homem branco e o por que insistem em manter sua identidade indígena perante a sociedade envolvente.

Hoje em dia, a maior parte desses estudos conclui que os índios não "perdem" sua cultura por abandonarem certos costumes, assim como os brasileiros não deixam de ser brasileiros simplesmente porque consomem produtos importados, usam calças jeans e tomam coca-cola. Ao contrário do que muitos imaginam, é justamente porque têm a capacidade de mudar e de se adaptar aos novos acontecimentos que as culturas nunca se perdem, mas estão em constante processo de transformação. Estes processos podem ser mais lentos ou acelerados, mas nunca deixam de estar presentes.

No caso das sociedades indígenas, sabemos

qual se limita a explicar a história desses povos, como uma história de perdas culturais e de submissão crescente às frentes de colonização que avançaram em direção a eles. Porém, quando se tem acesso à explicação dos índios, aprende-se, primeiro, que nem todas as aldeias de um mesmo povo tiveram as mesmas experiências de contato com a população regional. Aprende-se também que, ao longo dos últimos três séculos, vêm ocorrendo processos de fusão entre esses grupos, que mantêm de longa data intercâmbios comerciais, matrimoniais, rituais e políticos. Aprende-se que a troca de informações e de estratégias quanto à formas de relacionamento com os não índios são assuntos antigos nos encontros entre os grupos indígenas do Amapá, do norte do Pará, da Guiana Francesa e do Suriname. Aprende-se que estes grupos continuam suas trajetórias, independentemente das fronteiras nacionais e dos limites das terras indígenas que o Estado lhes concedeu. Aprende-se, portanto, que antes dos colonizadores, os povos da região não viviam isolados, mas mantinham intensos intercâmbios entre si e que isto é uma das principais riquezas da história do Amapá. Foi esta história que deu forma aos limites do estado, nomes aos rios, aos acidentes geográficos e indicações sobre as potencialidades econômicas da região. Aprende-se, por fim, que o avanço de frentes de colonização representa apenas uma nova etapa de uma história mais antiga vivida pelos povos indígenas da região.

Enquanto continuamos pressupondo que nós descobrimos os índios e achamos que, por este motivo, eles dependem de nosso apoio para sobreviver, os povos indígenas desta parte da Amazônia estão incrementando as redes de intercâmbio que eles vêm mantendo há muitos séculos. Reconhecer a importância histórica das relações que esses povos mantêm entre si, "apesar" de nossa interferência, poderá nos capacitar a um diálogo mais respeitoso e verdadeiro com eles.

Nas próximas páginas, apresenta-se um conjunto de informações atualizadas sobre os povos indígenas do Amapá e do Norte do Pará. É um convite para quem quer saber mais sobre esses povos e para construirmos juntos, índios e não índios, novos padrões de relacionamentos pautados pelo respeito mútuo e pelo reconhecimento da importância da diversidade étnica num país de dimensões continentais como o Brasil.

Os Povos Indígenas do Amapá

Mas como explicar a presença cada vez mais atuante dos índios no cenário nacional? Como explicar o fato de que eles continuam falando suas línguas e realizando suas festas? Esta contradição é decorrente do modo muito simplificado com que os livros didáticos, e também a imprensa, tratam a história dos índios. Isso ocorre porque é através destes livros que a maioria das pessoas adquire informações sobre os índios e porque os resultados das pesquisas acadêmicas sobre os índios ainda são de difícil acesso.

Para compreender como os índios continuam sendo índios apesar de tantas mudanças nos seus modos de viver e pensar, precisamos de informações mais qualificadas sobre eles. Quem produz estas informações são os antropólogos, historiadores, arqueólogos e lingüistas que estudam a trajetória particular de diferentes sociedades indígenas e se interessam pela relação que esses povos mantêm entre si e conosco, desde os primeiros tempos da colonização. São estes especialistas que podem apresentar novos dados e informações sobre esses povos. Podem, inclusive, mostrar como eles pensam e explicam as

que elas já existiam há muitos séculos antes da chegada dos colonizadores europeus, mas muitos costumam achar que elas só começaram a mudar e a deixar de ser como eram em 1500. Muitos pensam que para se adaptar e conviver com a sociedade nacional, os índios procuram "apagar" suas diferenças culturais, "deixar de ser índios". Entretanto, o que os estudos de especialistas mostram é que os índios sabem lidar, de modo criativo, com as frentes de expansão de nossa sociedade, e que ao se integrarem a estas frentes, eles não perdem, mas, pelo contrário, fortalecem suas identidades particulares.

No caso dos estudos recentes sobre os povos indígenas no Amapá e regiões vizinhas, os antropólogos interessados em conhecer o seu passado privilegiam, como principal fonte de informação, a versão dos próprios índios sobre suas trajetórias históricas e sobre suas expectativas de futuro. Para tanto, procuram aprender a se comunicar de acordo com as formas de pensamento - e as línguas - desses povos, e entender como essas sociedades pensam a sua própria história.

E assim esses pesquisadores têm o privilégio de aprender que a versão dos índios sobre seu passado é muito mais rica que a nossa versão, a



Dança do Turé, aldeia Rango. Foto Laércio Fidelis Dias

Os Waiãpi, falantes de uma língua Tupi-Guarani, vivem em ambos os lados da fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa. Contam com uma população total estimada em 1390 pessoas, distribuída em três diferentes localidades: 511 habitantes na Terra Indígena Waiãpi, Amapá, Brasil (censo PSW, 1999); 29 no Parque Indígena de Tumucumaque, Pará, Brasil (Barbosa, 1999); e 850 no município indígena de Camopi, rio Oiapoque, Guiana Francesa (Grenand, 1998).

No Amapá, os Waiãpi ocupam a Terra Indígena Waiãpi, homologada em 1996 pelo Decreto 1.775. Com 607.017 hectares, ela se insere entre os municípios de Amapari e Laranjal do Jari. Trata-se de uma área de floresta tropical densa, com relevo acidentado em sua porção norte e leste, situada entre as bacias dos rios Jari (a oeste), Amapari (a leste) e Oiapoque (ao norte).

Na década dos anos 70, para evitar confrontos com garimpeiros que invadiam suas terras, os Waiãpi concentraram-se em torno do posto da Funai, que se instalou na área em 1973. Mas a partir de 1980, os diferentes grupos locais retornam à suas áreas de ocupação e passam a controlar as zonas mais atingidas pelas invasões. Neste movimento, eles diversificam suas atividades extrativistas e assumem a garimpagem de ouro aluvionar antes realizada pelos invasores. Este processo de controle territorial ganha novo impulso em 1994, quando os Waiãpi participam ativamente da demarcação física de sua terra, conduzida pelos líderes de aldeia, com apoio operacional do Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e da Funai, num convênio com a Agência Alemã de Cooperação.

Os Waiãpi da TI Waiãpi, também conhecidos como Waiãpi meridionais ou Waiãpi do Amapari, são formados por cinco grupos locais distintos, que tiveram trajetórias históricas diversas e mantêm até hoje pequenas diferenças dialetais. Para se representar na sociedade nacional, eles organizaram, em 1994, um Conselho reunindo todas as aldeias daquela área. O Conselho das Aldeias Waiãpi, também denominado Apina (nome de um grupo local rememorado pela sua valentia) foi registrado em 1996. Em 1998, foi fundada a APIWATA (Associação dos Povos Indígenas do Triângulo do Amapari) por alguns membros do grupo local denominado Wiririry-wan.

As agências de contato que atuam nesta área são a Funai (um posto na aldeia Aramirã), a Secretaria de Saúde do Governo do Estado do Amapá (convênio com o Apina para ações do Projeto de Saúde Waiãpi (PSW) e a organização não-governamental CTI (Centro de Trabalho Indigenista) com seu programa de intervenções nas áreas de educação e de apoio às iniciativas dos índios para o controle territorial. A Missão Novas Tribos do Brasil (MNTB), que trabalhou na aldeia Ytuwasu até 1995, continua se relacionando com famílias do grupo local Wiririry-wan, a partir de uma base recém construída à margem do Riozinho, no limite leste da Terra Indígena.

No Pará, há um pequeno grupo Waiãpi remanescente de um grupo local que vivia no rio Cuc e, mais tarde, na aldeia Molokopote (alto rio Jari). Os remanescentes desse grupo local foram transferidos pela Funai, em 1980, para o Parque Indígena do Tumucumaque (PIT), onde convivem com famílias Wayana e Aparai, em seis aldeias. Ali, recebem assistência da administração da Funai de Macapá e do Governo do Estado do Amapá (GEA). Os poucos indivíduos Waiãpi que vivem no Tumucumaque integram a Associação dos Povos Indígenas do Tumucumaque (APITU); sendo, inclusive, Missico, um Waiãpi, o atual presidente desta associação.

Na Guiana Francesa, os Waiãpi vivem em cerca de sete aldeias situadas na margem esquerda do rio Oiapoque. Tal ocupação se limita à margem deste rio e seus afluentes imediatos. Os Waiãpi setentrionais também utilizam a margem brasileira do Oiapoque, onde mantêm algumas roças, além de percursos de caça e pesca.

A área de ocupação indígena na Guiana Francesa não tem regularização fundiária diferenciada. Nos últimos cinco anos, diversas tentativas de

delimitação de um Parque Nacional, que englobaria as áreas de ocupação dos índios, vêm sendo recusadas pelos próprios índios.

As ações de saúde e de educação são executadas por agentes dos serviços franceses, a partir da implementação de escolas e postos de saúde localizados em Camopi (médio Oiapoque) e Trois Sauts (alto Oiapoque) e, quando necessário, em Saint Georges ou Caiena.

Todas as aldeias pertencem ao município indígena de Camopi, com sede na principal aglomeração da área, no Médio Oiapoque. O prefeito e o conselho municipal são todos indígenas, Waiãpi e Emerillon (outra etnia de língua Tupi que habita na região). Na Guiana, os índios se encontram melhor representados diante do Estado francês por meio da política municipal, estando, em um nível mais amplo, também integrados à "Association des Amérindiens de Guyane" (AAGF), entidade fundada em 1981 e até hoje dirigida por líderes Galibi.



Waiãpi

Galibi do Oiapoque

Galibi é a autodenominação de um grupo indígena que vive no Oiapoque e de outro que vive na Guiana Francesa, nos rios Maroni e Mana. Na Guiana Francesa eles se definem como Kaliña, tendo Galibi como designação genérica utilizada pelos europeus para se referir aos povos de fala Caribe do litoral das Guianas.

Os Galibi são políglotas. Além de manterem parcialmente sua língua original, falam também o patuá, língua geral utilizada no contato com as outras etnias da região. Falam o português e usam esta língua na aldeia e para os contatos externos. Conhecem o francês, pelo menos os mais velhos que foram alfabetizados e educados nesta língua, e entendem um pouco de patuá holandeses.

A aldeia São José dos Galibi permanece onde foi instalada em 1950, quando o grupo chegou na área. Localiza-se na margem direita do Oiapoque, logo abaixo da cidade de Saint Georges, em um trecho de terra firme cercado de roças familiares e mata. Atualmente a aldeia conta com sete casas, habitadas em média por duas pessoas. Muitos Galibi vivem fora da aldeia, nas cidades de Oiapoque, Macapá, Belém e Brasília. Os que habitam a cidade do Oiapoque, muitos deles funcionários públicos, sempre voltam à aldeia nos fins de semana e durante as férias. Os que habitam outras cidades visitam esporadicamente seus parentes. Apesar de um aumento demográfico, o número dos que permanentemente residem na aldeia tem diminuído: eram 38 em 1950, 28 em 1994 e 25 em 1999.

A aldeia São José dos Galibi é também a sede do PI Galibi. Há um chefe de posto da Funai que é um índio Karipuna da aldeia de Santa Isabel e que também é enfermeiro. O líder da comunidade, Geraldo Lod, tem mantido uma atitude de autonomia mas de bom relacionamento com a Funai. Ele escolhe e avalia os funcionários da aldeia que hoje são apenas o chefe de posto e o professor. Participa das assembleias dos Povos Indígenas do Uaçá e de movimentos coletivos reivindicatórios.

As terras ocupadas pelos Galibi correspondem basicamente ao território onde se instalaram em 1950. Constituem a Reserva Galibi com uma superfície de 6.689,928 hectares, conforme a portaria nº1 369/ E, de 24/ 08/1962, e homologada em 1982 (DOU 22/11/1982).



Galibi do Oiapoque. Foto Lux Vidal

A denominação Galibi Marworno, hoje assumida pelos índios do rio Uaçá, revela uma população heterogênea, composta por descendentes de povos Caribe e Aruaque (Galibi, Maruane e Aruã), antigos habitantes da Guiana Francesa, sul do Amapá e bacia do Uaçá. Um certo número de moradores, por outro lado, é descendente de regionais e de imigrantes não-índios que se casaram com índias do Uaçá.

Os índios, até pouco tempo atrás, não se auto-denominavam desta forma. Eles se identificavam como "do Uaçá" na época em que viviam dispersos em grupos locais, nas ilhas do alto Uaçá. Mais tarde, a partir do final da década de 40, na época do SPI (Serviço de Proteção ao Índio), quando instalados no Village Sainte Marie em Kumarumã, passaram a se identificar, em conjunto, como Galibi e, mais recentemente, orientados pelo Conselho Indigenista Missionário e com a autorização do ex-chefe Manoel Floriano Macial, como Galibi-Marworno, se diferenciando assim dos Galibi de Oiapoque.

A língua dos Galibi-Marworno históricos entrou em desuso há pelo menos 100 anos, mas um número expressivo de palavras, especialmente referentes à fauna e avifauna, continuam sendo utilizadas. Em alguns cantos xamânicos, por exemplo, é possível verificar trechos em "língua antiga".

Orientados pelo SPI, os Galibi-Marworno vivem, desde o final dos anos 40, concentrados em uma única aldeia, Kumarumã, na margem esquerda do Uaçá. Esta "união" é considerada, pelo menos até hoje, motivo de orgulho. As terras ocupadas pelos Galibi-Marworno fazem parte da Área Indígena do Uaçá, com uma superfície de 41.164,036 hectares, homologada pelo Decreto no. 298 (DOU, 30/10/97).

Na década de 1970, tendo em vista as reivindicações pela demarcação da terra e da luta política para diminuir os danos da Rodovia BR-156 dentro da área indígena, lançou-se mão da designação "Povos Indígenas do Oiapoque". Posteriormente, em 1991, foi criada Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque (APIO) para representar todas as etnias desta região. Assim como os Karipuna, os Galibi elegeram vereadores, em mandatos sucessivos, na Câmara de Vereadores de Oiapoque e, em 1996, o índio João Neves, foi eleito prefeito do município de Oiapoque. As agências que atuam entre os Galibi-Marworno são a Funai, a FNS e a Secretaria de Educação do GEA. O CIMI, por sua vez, orienta programas de educação em *kheuol* além das atividades religiosas. Desde 1998 também atuam na aldeia um casal de missionários evangélicos da Missão Novas Tribos do Brasil.

A população Galibi-Marworno está aumentando significativamente nos últimos anos, e conta com 1631 pessoas, sendo 1509 de Kumarumã, 34 de Tukay e 88 de Uahá (Funai, 1998).

Galibi Marworno



Os Palikur, falantes de uma língua filiada à família linguística Aruak, estão localizados nos dois lados da fronteira Brasil/Guiana Francesa. A população em território brasileiro, estimada em 862 habitantes (Funai, 1998), distribui-se em 10 aldeias (Kumenê, Flecha, Puwaytyket, Kamoywa, Tawary, Mange, Urubu) assentadas nos tesos que se levantam ao longo do rio Urukauá, afluente da margem direita do rio Uaçá.

Localizada no extremo norte do Estado do Amapá, a bacia do rio Uaçá compreende dois afluentes, o Curipi e o Urukauá. Das cabeceiras dos três rios até próximo ao curso médio a vegetação é de terra firme, mas, a partir do curso médio seguindo em direção à foz, a vegetação muda e é tomada por campos alagados, entrecortados por terras mais elevadas que permitem a ocupação humana. Do lado francês, os Palikur vivem dentro do perímetro urbano de Caiena e Saint Georges de L'Oyapock, em bairros construídos pelo governo especialmente para abrigá-los, e em aldeias localizadas na margem esquerda do rio Oiapoque.

As terras ocupadas pelos Palikur fazem parte da **Área Indígena do Uaçá** e são contíguas à **Área Indígena do Juminã** (homologada pelo decreto s/nº de 21/05/92).

Além do Palikur, muitos falam ou compreendem o patuá, utilizado como língua indígena pelos Karipuna e pelos Galibi-Marworno. Do lado brasileiro, a maioria dos jovens escolarizados e alguns homens falam o português. Na Guiana, por influência da escola francesa, quase todos falam o francês, com exceção dos mais velhos e de algumas mulheres.

As agências de contato que atuam entre os Palikur atualmente são a Funai, que possui um Posto Indígena na aldeia Kumenê e cujo chefe é um Palikur; a FNS, e a Secretaria de Educação do GEA.. Durante cerca de 12 anos (1965-1977), um casal de missionários lingüistas do *Summer Institute of Linguistics* (SIL) trabalhou junto aos Palikur. Sua base foi a aldeia Kumenê, na qual, em meados da década de 1980, foi construída uma Igreja filiada à Igreja Evangélica Assembléia de Deus. A maior concentração da população nesta aldeia deve-se ao grande número de pessoas convertidas ao credo pentecostal.



Palikur. Foto Antonella Tassinari

Palikur

A maior parte da população indígena que atualmente se define como Karipuna encontra-se nas margens do rio Curipi, principalmente no seu baixo e médio curso, na **Área Indígena do Uaçá**. Além das quatro aldeias maiores e principais, Manga, Espírito Santo, Santa Isabel e Açaizal, existem várias localidades residenciais dispersas ao longo do Curipi: Zacarias, Inglês, Mahipá, Txipidon, Paxiubal, Bastião, Campinho, Kutiti, Tauahu, Xato, Bovis, Taminã e Japim. Apesar da dispersão, cada uma dessas localidades reconhece sua conexão com uma das quatro aldeias maiores.

Na Br-156, que liga as cidades de Oiapoque e Macapá, estão localizadas mais três aldeias Karipuna: a aldeia Piquiá, no Km 40; a aldeia Curipi, no Km 50; e a aldeia Estrela no Km 70. Esta estrada corta a área indígena do Uaçá justamente na região das cabeceiras dos rios Uaçá, Curipi, afluentes e da zona de reservas faunísticas, onde são realizadas expedições de caça e coleta de frutas silvestres e de onde se retira a madeira para construção de casas, barcos e canoas. Esta região sempre foi vítima de caça e pesca predatória, e com a abertura da BR-156 o acesso de invasores ficou ainda mais fácil.

Há, ainda, mais duas aldeias Karipuna situadas no rio Oiapoque: Ariramba, situada dentro da **Área Indígena Galibi** e, Kunanã, localizada na **Área Indígena do Juminã**.

A paisagem natural dessas reservas é caracterizada pela presença de uma extensa bacia hidrográfica constituída pelos rios Oiapoque, Curipi, Urukauá, Uaçá e Cassiporé. Com exceção do rio Oiapoque, cuja nascente está fora e distante das reservas indígenas, a paisagem que caracteriza os alto e médio cursos dos demais rios é a floresta tropical de terra firme, de onde provém a madeira e a caça de que precisam esses povos.

As agências que atuam entre os Karipuna, que atualmente contam 1656 pessoas (Funai, 1998), são a Funai, o CIMI e a FNS.

Karipuna



Xamã Karipuna. Foto Lux Vidal

Povos Indígenas do Amapá

Os Aparai e os Wayana são povos falantes de línguas Caribe que, no Brasil, mantêm há cerca de um século estreitas relações de convivência, coabitando nas mesmas aldeias e casando-se entre si. Conseqüentemente, é muito comum encontrar informações que designem estas duas etnias como um só grupo.

Os Aparai são provenientes da margem Sul do rio Amazonas, tendo migrado até a região dos baixos rios Curuá, Maicuru, Jari e Paru de Leste, e de lá até a sua área de ocupação atual, no médio e alto curso do rio Paru de Leste, no Brasil. Os Wayana, por sua vez, ocupavam no século XVII o médio e alto curso do rio Paru de Leste, de seu afluente Citaré, o alto rio Jari, e os rios Litani e Paloemeu. Atualmente, os Wayana distribuem-se pela região fronteira entre o Brasil, a Guiana Francesa e o Suriname, nos rios Paru de Leste, Maroni e seus afluentes, no Paloemeu e Litani.

No Brasil, os Aparai e Wayana habitam o Parque Indígena de Tumucumaque (PIT), com 3.071.067 ha, nos municípios de Oriximiná, Almeirim, Óbidos e Alenquer. A demarcação do Parque foi homologada em 1997, pelo Decreto 213 (DOU 04/11/97). Suas aldeias se estendem também na Terra Indígena Rio Paru de Leste, também homologada em 1997. Na Guiana Francesa e no Suriname, as terras ocupadas pelos Wayana não são juridicamente diferenciadas.

A população Aparai e Wayana no Brasil é de aproximadamente 415 indivíduos (Funai, 1998), distribuídos em cerca de 13 aldeias ao longo do médio curso do rio Paru de Leste. Na Guiana Francesa, a população Wayana é de 711 indivíduos, distribuídos em 16 aldeias (Gendarmerie Nationale, 1996) e, no Suriname, de cerca de 450 indivíduos em 12 aldeias (Bozen, 1998).

Embora a história de contato dos Aparai e Wayana com a população regional remonte muitos anos, é particularmente no início deste século que os contatos com caboclos da região se intensificaram. Os contatos com balateiros e castanheiros na década de 1920, e com garimpeiros nas décadas seguintes, foram os principais responsáveis pelas epidemias que reduziram fortemente sua população.

A partir de 1960, as relações dos Aparai e Wayana com os outros grupos indígenas e com os não-índios passaram por grandes transformações. Nessa época, a Força Aérea Brasileira (FAB) construiu uma pista de pouso na atual aldeia de Apalaí, onde, em 1973, a Funai instalou um posto de assistência. Entre 1968 e 1992, missionários evangélicos norte-americanos se instalaram na área.

Em 1996, os Aparai e Wayana, junto com as demais etnias que habitam o PIT, criaram a Associação dos Povos Indígenas do Tumucumaque (APITU), que procura coordenar as atividades de assistência em curso e projetos, como o Tykhsamo, de produção e comercialização de artesanato, apoiado pelo MMA-PD/A.

Atualmente, os índios do Parque recebem assistência em transporte aéreo, saúde, educação e apoio logístico da FAB, da Funai e, principalmente, do Governo do Estado do Amapá. Desde 1994, o GEA apoia diretamente os Aparai e Wayana (e outras comunidades indígenas), por meio de convênios com a APITU, na contratação de professores indígenas e não-indígenas e de monitores de saúde, na aquisição de equipamentos e no transporte aéreo.



Artesão Aparai. Foto Paula Morgado

Aparai-Waiiana

Tiriyó e Kaxuyana

Os Tiriyó, falantes de uma língua Caribe, habitam uma região politicamente dividida entre Brasil e Suriname. Até o início da década de 60, os Tiriyó viviam dispersos em grupos locais relativamente independentes e reconheciam-se como pertencentes a, pelo menos, treze grupos diferenciados. A partir de então, foram contatados, em ambos os lados da fronteira, por missionários e passaram a assumir a designação genérica de Trio, no Suriname, e Tiriyó, no Brasil.

No Brasil, os Tiriyó habitam o Parque Indígena de Tumucumaque, em conjuntos populacionais, um, nos rios Paru de Oeste/Cuxaré, e o outro, no rio Paru de Leste. Os Tiriyó do Paru de Oeste compartilham seu território com os grupos Kaxuyana, Ewarhuyana e Tsikuyana, bem como com alguns membros das etnias Akuriyó, Waiwai e Waiãpi. No Paru de Leste, os Tiriyó encontram-se predominantemente na cabeceira, enquanto os Wayana e Aparai habitam seu médio curso.

Até a primeira metade deste século, os diferentes grupos que hoje compõem a etnia Tiriyó mantinham uma densa rede de trocas e guerras entre si e com os demais grupos indígenas vizinhos, além

de manterem relações comerciais com os *mekörö* (negros refugiados da antiga Guiana Holandesa), por meio de quem obtinham bens manufaturados em troca de produtos nativos.

É apenas nos anos 60, com a chegada de missões religiosas na área, que os contatos com os brancos se intensificaram. Na mesma época em que foi criada uma missão franciscana no lado brasileiro, com apoio da FAB, surgiram, no Suriname, duas missões protestantes, que passaram a disputar entre si a centralização do maior número possível de grupos indígenas dos arredores. De fato, muitos Tiriyó atravessaram a fronteira atraídos pelas missões protestantes, enquanto os que permaneceram no Brasil aglomeraram-se em torno da missão católica que se estabeleceu no alto Paru de Oeste.

Por volta de 1968, chegou-se ao auge deste processo de centralização, com somente três núcleos missionários e nenhuma outra aldeia na região. No lado brasileiro, foram também atraídas pelos franciscanos algumas famílias de índios Kaxuyana e alguns poucos remanescentes dos grupos Ewarhuyana e Tsikuyana, provenientes do centro e dos arredores do Parque. Mas, no Brasil,

esta ênfase foi passageira, dando lugar à gradual retomada de um modo de vida mais descentralizado.

Hoje, 60% da população (cerca de 460 pessoas) mora nos arredores da Missão Tiriyó, o restante (cerca de 350 pessoas) distribui-se em 18 localidades diferentes, sendo 17 ao longo do rio Paru de Oeste, e uma no igarapé Cuxaré. Nestas localidades o número de habitantes varia de 2 a 80 pessoas, com uma média de 18 pessoas por local.

No início dos anos 90, algumas famílias Tiriyó que haviam migrado para o Suriname voltaram para o Brasil em decorrência de conflitos com o governo surinamês, dirigindo-se à cabeceira do Paru de Leste (Igarapé Matawaré). Um pequeno grupo desceu até o médio curso deste rio, instalando-se entre os Wayana e Aparai, no posto Indígena Apalaí.

Atualmente, aos 811 indivíduos pertencentes às etnias Tiriyó, Kaxuyana, Ewarhuyana e Tsikuyana que compõem a população do Paru de Oeste/Cuxaré, somam-se cerca de 74 Tiriyó que vivem no Paru de Leste, totalizando, no lado brasileiro, uma população em torno de 885 pessoas. No Suriname, estima-se que mais de 1000 Tiriyó estejam distribuídos em três localidades, ao longo dos rios Sipaliweni, Tapanahoni e Paloemeu, onde também convivem com membros dos grupos Akuriyó, Waiwai e Wayana.

A assistência (transporte aéreo, saúde e educação) aos Tiriyó foi, inicialmente, idealizada dentro do "trinômio" Missão/FAB/Índios estabelecido no início da década de 60. Ao longo dos anos, porém, foram surgindo uma série de alterações na condução dos programas implantados, principalmente à medida em que o apoio da FAB foi diminuindo, restringindo-se praticamente ao transporte aéreo, e sendo repassado à FUNAI que, até a década de 80, não possuía atuação direta entre os Tiriyó.

A partir de 1994, o Governo do Estado do Amapá, passou a oferecer apoio de transporte aéreo e a investir na contratação de agentes de saúde e professores, indígenas e não-indígenas. Inicialmente, estes investimentos foram realizados por meio de convênios com a Funai e, mais recentemente, com a Associação dos Povos Indígenas do Tumucumaque (APITU).



Festa de Natal entre os Tiriyó e Kaxuyana. Foto Denise F. Grupione e Luís Donisete B. Grupione

Perspectivas e desafios

O Amapá foi pioneiro no reconhecimento dos direitos territoriais indígenas. Todas as terras reivindicadas pelos índios foram demarcadas e homologadas. O desafio, agora, é garantir a qualidade de vida que esses povos desejam manter ou recuperar, de acordo com seus próprios padrões culturais e suas formas de organização.

A autonomia reivindicada pelos índios vem emergindo de sua crescente capacidade de dialogar e de se posicionar diante dos múltiplos setores da sociedade nacional responsáveis pela implementação de intervenções que os atingem diretamente.

A partir da experiência acumulada na pesquisa e assessoria direta aos índios do Amapá e do norte do Pará, os pesquisadores do Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo (NHII-USP) sugerem alguns temas para a reflexão e o debate sobre o futuro dos índios na região. São temas que se relacionam às demandas indígenas por melhor qualidade de vida e por maior autonomia.

Difundir uma nova imagem dos índios, aprendendo com eles

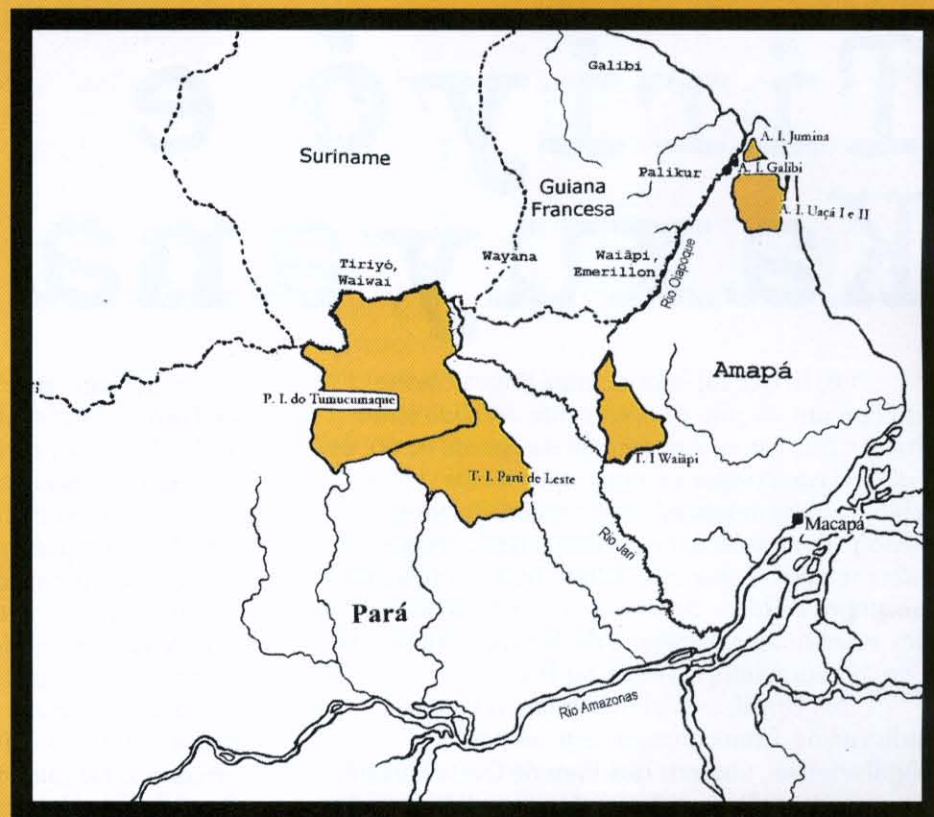
A autonomia que os índios reivindicam só poderá ser compreendida se realizarmos uma mudança radical em nossa visão sobre o seu futuro. Se aceitarmos os desafios que eles nos propõem, é indispensável produzir conhecimentos renovados sobre a diversidade desses povos, que devem ser *difundidos em parceria com eles*. Os preconceitos que continuam dominando a imagem que temos deles deverão, assim, ceder espaço à auto-imagem que esses povos produzem sobre si mesmos, com suas múltiplas facetas, que eles oferecem ao nosso conhecimento.

Saúde e educação

A melhoria na qualidade dos serviços assistenciais prestados aos índios dependerá da capacidade dos setores responsáveis em abrir suas intervenções à participação dos índios. A formação de agentes de saúde e de professores indígenas é a principal meta a ser atingida, com métodos respeitosos dos interesses e das particularidades culturais de cada grupo. A capacitação de agentes indígenas, por si só, não garante a gestão coletiva das escolas e dos postos de saúde nas aldeias, se não for acompanhada de procedimentos de informação indispensável à participação comunitária. Uma das principais dificuldades enfrentadas pelos índios nesta área, e que precisa ser superada, diz respeito ao caráter assistencialista das ações, com a imposição de calendários e conteúdos inadaptados à realidade das aldeias.

Controle territorial e ambiental das áreas demarcadas

Como preservar os recursos naturais de uma área demarcada e garantir ao mesmo tempo alternativas de desenvolvimento capazes de atender às necessidades de comunidades em franca expansão demográfica? Historicamente, os povos indígenas da região foram confrontados com modelos já superados de desenvolvimento (pecuária, garimpo predatório, comercialização de espécies vegetais e animais, etc.) que sempre foram acompanhadas de formas autoritárias e desiguais na troca comercial. Os próprios índios buscam hoje apoio de diversas agências para implementar programas alternativos de desenvolvimento sustentável, com prazos de implementação por eles mesmos definidos. Tais programas não visam apenas a conservação, mas o aproveitamento controlado dos recursos, sob a gestão das próprias comunidades. Os conhecimentos acumulados por estes povos e as práticas ambientais decorrentes são a principal riqueza a ser preservada sob a exclusiva posse dessas comunidades.



Reconhecimento das formas e das organizações indígenas

Os índios do Amapá e arredores têm uma longa história de relacionamento com as populações locais e representantes dos estados. Eles já experimentaram há muito tempo diferentes formas de representação que lhes permitiram se posicionar diante dos impactos da colonização. Se o reconhecimento destas formas de representação dependia, antes, de sua adequação aos modelos nacionais, no Brasil, a Constituição de 1988 estabeleceu que os índios têm direito à formas próprias de organização e representação. O respeito exigido não se limita a incentivar e reconhecer suas "associações", mas inclui o respeito à variação e às transformações internas à esse movimento. Na trajetória desses povos, que se relacionam há séculos com as sucessivas transformações da sociedade brasileira, a implementação dessas formas de gestão associativas é mais uma experiência. Como as anteriores, sua avaliação interna e fortalecimento será realizada em ritmos próprios.



Créditos

O Núcleo de História Indígena e do Indigenismo foi criado em 1990, na Universidade de São Paulo, para promover pesquisas que venham a enriquecer o conhecimento a respeito da história dos Povos indígenas no Brasil. As investigações são realizadas a partir de fontes documentais e de levantamentos etnográficos em campo, quando os pesquisadores convivem com os povos indígenas em suas aldeias por certos períodos de tempo.

Em 1995, alguns antropólogos do NHII formularam o projeto "Sociedades Indígenas e suas Fronteiras na região sudeste das Guianas" que integra atualmente 23 participantes, entre docentes, alunos de pós-graduação e de graduação da USP. A pesquisa temática é coordenada pelas Profas. Dras. Lux B. Vidal e Dominique T. Gallois e conta com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo / FAPESP.

Coordenação: Dominique Tilkin Gallois
Textos e fotos: Antonella Tassinari, Artionka Capiberibe, Dominique T. Gallois, Gabriel Barbosa, Laércio Fidelis Dias, Luís Donisete B. Grupioni, Lux Vidal, Maria Denise Fajardo Grupioni, Paula Morgado Dias Lopes, Renato Stzutman
Mapa: Dafran Gomes Macário